

ESTADO DE SÃO PAULO

Dolarizar não é a solução

- 1 JUL 1993

SÉRGIO AMAD COSTA

Há os que julgam ainda ser a dolarização da nossa economia um instrumento eficaz para tirar-nos da crise. Em geral, este tipo de visão tem como foco o êxito recente da economia argentina, que adotou a conversibilidade de sua moeda. Em outras palavras, em abril de 1991, Domingo Felipe Cavallo, ministro da Economia, lançou seu plano de estabilização, dolarizando o mercado.



Estabeleceu que um dólar deveria valer 10 mil austrais e obrigou o banco central a trocar dólares por austrais nesse valor, e a sempre dispor de uma reserva da moeda norte-americana equivalente à moeda argentina em circulação. Caso a regra fosse desrespeitada, o plano iria por água abaixo. Por isso, ficou proibida, por lei, a emissão de austrais sem o equivalente respaldo em divisas.

É verdade que, com esse plano, a Argentina deu uma guinada de 180 graus. Basta lembrar que, em 1930, era um dos países mais ricos do mundo, e, em 1990, caíra para perto do 70º lugar. Mas, a partir de 1991, a economia argentina começou sua marcha de recuperação.

Esse desempenho, porém, não se deve ao processo de dolarização em si. Este foi apenas um mecanismo utilizado para adequar uma situação de mercado que já existia de fato. A dolarização, antes de 1991, na prática era lá generalizada. Ou seja, não foi a Lei de Conversibilidade que impulsionou a economia, mas, sim, o plano de estabilização como um todo.

Tal plano de modernização está centrado não na dolarização, mas num tripé formado pela abertura do mercado, com o retorno à comunidade financeira internacional; pela reforma radical do setor público; e pelo equilíbrio fiscal.

Porém, foi na reforma radical do setor público, com as privatizações, que a economia criou consistência para a sua recuperação.

O programa de desestatização lá implantado é o mais amplo da América Latina e é o que ocorreu em menor prazo, embora ainda não esteja totalmente concluído. Paralelamente às privatizações, acontece, na Argentina, um processo de concessões de serviços públicos, visando deixar ao governo apenas setores que são realmente de sua incumbência: saúde, educação e segurança. E os objetivos da privatização naquele país são bem definidos: aumentar a produtividade das empresas, eliminando o corporativismo que atravanca seu desempenho; solucionar os problemas fiscais, contendo gastos e ampliando receitas por intermédio das vendas das estatais; reduzir a dívida externa; e, finalmente, possibilitar investimentos no setor público.

Pois bem, o que se deve ter em mente é que a dolarização da economia argentina não foi a mola-mestra da sua recuperação. E, certamente, não seria para nós, caso adotássemos tal medida. Além do mais, havia lá todos os requisitos necessários para uma dolarização como instrumento de apoio ao tripé de metas estabelecidas no Plano Cavallo. Já no caso do Brasil tais requisitos, como reservas cambiais suficientes, cultura dolarizada, inexistem. E, mesmo se existissem, de pouco valeria a dolarização se não fosse sustentada por reformas estruturais.

O que se tem hoje no Brasil, semelhante ao que acontecia na Argentina, são as disfunções do setor público. Formação, evolução, prática, resistência a mudanças, empreguismo, corporativismo são muito parecidos. É na reforma radical desse setor, tão bem levada adiante pelos argentinos, que nos devemos espelhar. A dolarização é apenas a sua aparência, enquanto a privatização é a sua essência.

■ Sérgio Amad Costa é professor dos cursos de graduação e pós-graduação da FGV-SP.